

A MOBILIDADE DA SAÚDE ENTRE PEABIRU E CAMPO MOURÃO

FERREIRA, Paulo Eduardo S. G¹; COSTA, Fábio Rodrigues da²

RESUMO: A saúde pública enfrenta inúmeros problemas no país, entre eles os deslocamentos que a população é obrigada a fazer para realizar uma consulta médica. Desta forma, a presente pesquisa teve como objetivo estudar as dificuldades da mobilidade da população de Peabiru em busca de atendimento médico. Assim, foram realizadas entrevistas para compreender os principais problemas enfrentados. Os resultados mostraram que 97% dos entrevistados já se deslocaram para Campo Mourão em busca de atendimento médico e 73% afirmaram ter sofrido algum tipo de constrangimento. Os principais problemas apontados pela população sobre o atendimento médico prestado em Peabiru foram falta de médicos especialistas, falta de equipamentos, demora no atendimento e a inexistência de um hospital de referência. Desta forma, o atendimento por médicos especialistas e a realização de exames mais complexos são realizados em Campo Mourão.

Palavras-chave: Mobilidade da população. Saúde. Atendimento médico..

HEALTH MOBILITY BETWEEN PEABIRU E CAMPO MOURÃO

ABSTRACT: The actual research had like subject to study the mobility of population from Peabiru to Campo Mourão in pursuit of medical care. Was made a interviews by a questionnaire to know the opinion of people that need to go for Campo Mourão for medical care. Altogether, was been interviewee forty person in age from nineteen to seventy years. The results are displayed in charts to better understanding. The results showed that 97% from interviews needs to go to Campo Mourão at least one time for year and 73% suffer some embarrassment in medical care. The main trouble specified is the lack of professional medical, lack of equipments, delay in treatment and lack of local hospitals. Therefore, the treatment and exam more complex need to be done on Campo Mourão.

Key-words: Population mobility. Health. Medical care.

¹Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão.

²Professor Doutor do Colegiado do curso de Geografia da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão. E-mail: frcosta79@gmail.com.

INTRODUÇÃO

No Brasil os problemas enfrentados diariamente pela população que depende da saúde pública são amplamente conhecidos. Hospitais lotados, poucos médicos, reduzido número de leitos para internações, equipamentos quebrados e a necessidade de se deslocar por longas distâncias para conseguir uma consulta fazem parte do cotidiano das pessoas com algum tipo de doença.

A disponibilidade de atendimento adequado é responsabilidade, em associação, do poder público federal, estadual e municipal. No entanto, são evidentes as limitações dos serviços ofertados e da política de saúde pública. Compreende-se como uma política de saúde, segundo Paim e Teixeira (2006):

[...] a resposta social (ação ou omissão) de uma organização (como o Estado) diante das condições de saúde dos indivíduos e das populações e seus determinantes, bem como em relação à produção, distribuição, gestão e regulação de bens e serviços que atendam a saúde humana e o ambiente. (PAIM; TEIXEIRA, 2006, p. 74).

Uma política de saúde comprometida com o bem estar da população é fundamental para o desenvolvimento de um país, região, município e cidade. Porém, são muitas as limitações existentes, especialmente quando se considera a saúde oferecida para a população de menor poder aquisitivo, o que inclui a necessidade de mobilidade contínua para atendimento básico.

A presente pesquisa teve como objetivo principal estudar os problemas relacionados com a mobilidade da população de Peabiru em busca de atendimento médico na cidade de Campo Mourão. O trabalho se justifica em razão das dificuldades enfrentadas por crianças, jovens, adultos e idosos que se deslocam em busca de atendimento médico em virtude dos problemas na saúde pública existentes em Peabiru. A metodologia consta em entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionário com a população, e bem como a realização de estudos teóricos através de referências que abordam a temática proposta.

A pesquisa comunga da ideia de que a partir de um estudo aprofundado, direcionado especificamente às questões citadas, ocorrerá um melhor entendimento do que vêm acontecendo com a população do município de Peabiru, que frequentemente se deslocando para Campo Mourão em busca de atendimento médico.

O CONCEITO DE MOBILIDADE HUMANA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Os deslocamentos de população pelo espaço geográfico ocorrem por diferentes motivos entre os quais se destacam o emprego, o consumo de mercadorias e serviços, o ensino técnico, o ensino superior, o turismo, questões afetivas e a saúde. Para proporcionar sustentação teórica para a pesquisa foi utilizado o conceito de mobilidade humana que está fundamentado nas ideias desenvolvidas por Rocha (1998).

Mobilidade quer dizer a capacidade dos corpos se deslocarem. Esta é uma das definições mais gerais desta palavra. Está relacionada com os corpos físicos, onde, claro, estão incluídos os corpos humanos [...]. A complexidade dos movimentos destes corpos se dá devido a inúmeras mediações. Para o seu deslocamento, além das escalas diferenciadas de manifestação. O porquê de um indivíduo se deslocar está relacionado a vários aspectos: de ordem política, social, afetiva, moral, etc. (ROCHA, 1998, p. 58).

Para se compreender efetivamente os motivos e o porquê da mobilidade da população é necessário entender melhor o conceito dentro de suas especificações. Conforme os estudos realizados por Rocha (1998):

A mobilidade enquanto categoria científica é utilizada constantemente para explicar os movimentos dos homens em suas mais diversas instâncias. Os estudos populacionais, as migrações e as mobilidades são noções que tratam de investigar a dinâmica do desenvolvimento das sociedades. No que concerne à geografia, busca-se o nexos territorial deste fenômeno tão amplo e complexo. (ROCHA, 1998, p.18).

A mobilidade humana, conforme o autor citado, classifica-se em: mobilidade física, mobilidade centrada no trabalho e mobilidade social. Cada uma destas três ordens corresponde a um tipo de mobilidade que esboçam claramente como se subdivide o conceito de mobilidade humana, como está organizado na figura 1.

A mobilidade física se divide em micromobilidade física e macromobilidade física, que são deslocamentos horizontais. A micromobilidade está relacionada a uma escala temporal curta, cotidiana, ligada aos deslocamentos diários. Pode ser mais bem exemplificada se relacionada diretamente com o foco central da pesquisa, ou seja, a busca por atendimento médico na cidade de Campo Mourão. Os deslocamentos para

atendimento se caracteriza como micromobilidade em razão de não exceder mais de um dia, assim pode se dizer que a micromobilidade está relacionada aos deslocamentos pendulares.

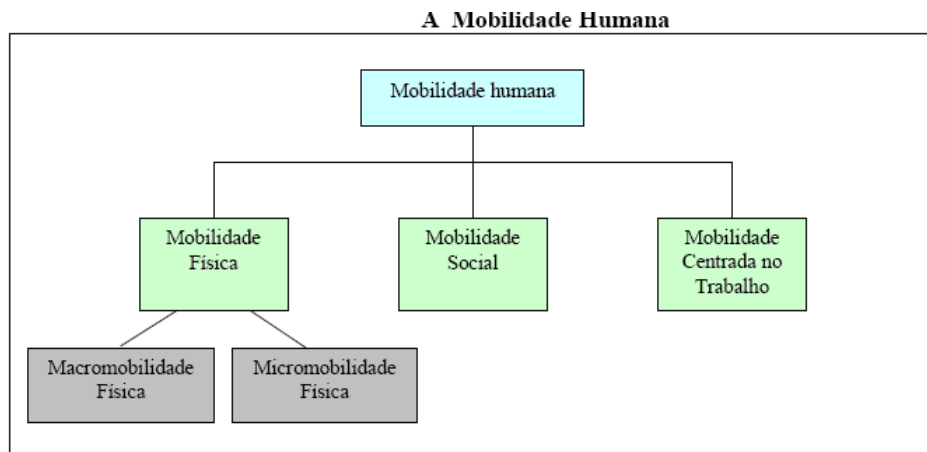


Figura 01- Mobilidade Humana

Fonte - Rocha (1998).

A macromobilidade está relacionada com movimentos de maior duração como o êxodo do campo para as cidades, das cidades para outras cidades em busca de melhores condições de vida, de um estado para outro e entre os países. Diz respeito aos deslocamentos demográficos com mudança de endereço.

Já a mobilidade social caracteriza-se como vertical e está relacionada à estrutura de classe da população, ou seja, com relação às mudanças que ocorrem nestas classes.

A terceira classificação se refere à mobilidade centrada no trabalho, no qual o trabalhador é compreendido como mercadoria negociada no mercado de trabalho e manipulado pelo sistema capitalista, pois depende exclusivamente de sua força de trabalho para sobreviver. Sobre a mobilidade do trabalho é relevante atentar para os estudos de Becker (1997):

[...] a mobilidade desempenhou funções diferentes em diferentes modos de produção. Nas sociedades primitivas, a mobilidade representava uma forma de sobrevivência para as populações itinerantes que precisavam se deslocar para encontrar alimentos e terras férteis para suas culturas comunitárias. Na sociedade capitalista, a mobilidade representa um meio para a reprodução do capital, uma vez que uma força de trabalho livre e móvel torna-se essencial para o processo de acumulação. Nesse sentido, uma massa

de trabalhadores latentes. Ou estagnados, seguindo os movimentos do capital, representa um indicador de desenvolvimento capitalista. (BECKER, 1997, p. 341).

O foco da pesquisa está na micromobilidade física voltada para a saúde. Entende-se como mobilidade da saúde o deslocamento realizado pela população com o objetivo de atendimento médico básico ou especializado. Os motivos para a mobilidade estão relacionados com o desenvolvimento geográfico desigual entre as regiões e municípios - dinâmica própria e inerente ao capitalismo. Também deve ser considerada a ineficiência na gestão pública, que estabelece profundas disparidades na prestação de serviços básicos. Assim, em alguns lugares a população não encontra atendimento médico/hospitalar adequado, sendo necessário a mobilidades para centros urbanos dinâmicos.

Os fatores sociais e econômicos influenciam diretamente na mobilidade da população para atendimento médico, ainda mais se for considerada a realidade dos municípios periféricos marcados pela subordinação territorial, dependência econômica, esvaziamento populacional e indicadores sociais críticos (COSTA, 2013). Trata-se de uma população que, na grande maioria, tem pouco poder aquisitivo e é diretamente dependente dos serviços sociais oferecidos pelo poder público como a educação, o transporte e principalmente a saúde.

Conforme a constituição federal de 1988 cabe ao município prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, o atendimento à saúde da população. A saúde é condição fundamental para o bem estar. Dessa forma, o município deve ofertar as condições básicas necessárias. Quando isso não ocorre, a mobilidade é intensificada, como é o caso observado em Peabiru.

OS PROBLEMAS DA SAÚDE EM PEABIRÚ E A MOBILIDADE DA POPULAÇÃO

O município de Peabiru apresenta uma área de 469,4 km². Possui como ponto de referência central a latitude de 23°58'48" sul e a longitude 51°49'04" oeste, e situa-se no terceiro planalto paranaense. Sua população é de 13.624 habitantes (IBGE, 2012). A figura 2 apresenta a localização de Peabiru e Campo Mourão.



Figura 02 - Localização da área de estudo

O município de Peabiru é oriundo da colônia Mourão que foi fundada em 1948, e tinha como intuito povoar a região. Em 14 de novembro de 1951, através da lei Estadual nº 760 foi criado o município de Peabiru que se desmembrou do município de Campo Mourão em 14 de Dezembro de 1952. A distância média entre as duas cidades é de 16 km e a ligação é feita através da PR-317. O tempo do percurso em veículo motorizado varia entre 20 e 30 minutos.

A população oriunda de Peabiru é atendida em Campo Mourão no CISCONCAM que foi criado no ano de 1992. É um consórcio de saúde que atende 25 municípios e uma população de cerca de 300 mil habitantes.

O Ciscamcam oferece serviços próprios de Ultra-Sonografia, Eletroencefalograma, Laboratório e Eletrocardiograma. Terceiriza exames e procedimentos de auxílio diagnóstico em 26 especialidades. Presta assistência médica ambulatorial de segunda linha. O consórcio oferece aos seus usuários os serviços médicos dentre 26 especialidades, além de serviços em: Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia, Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo Facial, Orteses e

Próteses, entre outros serviços. Atende em média 600 pacientes por dia, totalizando 10 mil consultas mensais. (CISCONCAM, 2014, s.p.).

Um ônibus sai diariamente com pacientes de Peabiru para Campo Mourão. Como cidade polo Campo Mourão centraliza os atendimentos médicos especializados, tal dinâmica é típica do modo de produção capitalista como explicou Corrêa (1996):

Com o capitalismo, o processo de diferenciação das cidades se acentua aí se incluindo a hierarquização urbana: a criação de um mercado consumidor, a partir da expropriação dos meios de produção e de vida de enorme parcela da população, e a industrialização levam à expansão da oferta de produtos industriais e de serviços. Esta oferta, por sua vez, se verifica de modo espacialmente desigual, instaurando-se a hierarquia das cidades. (CORRÊA, 1996, p. 20-21).

A desigualdade entre as cidades na rede urbana é uma característica da produção do espaço no modo capitalista. Enquanto poucas cidades se desenvolvem e assumem uma posição central na hierarquização urbana, a maioria das cidades apenas oferece os serviços básicos, e muitas vezes de forma precária.

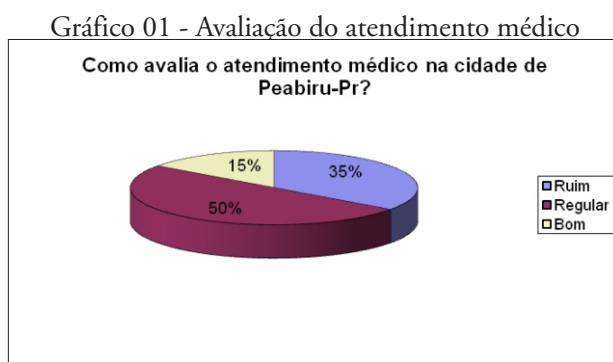
Nesse sentido, Peabiru conta com sete médicos – conforme levantamento feito em 2012 - que se revezam entre os períodos da manhã e da tarde para atender a demanda de consulta da população. O número não é suficiente, pois se os pacientes não chegarem por volta das quatro ou cinco horas da manhã para retirar uma consulta ficarão sem atendimento no próximo dia. Durante a noite apenas um médico fica de plantão para atender as emergências.

A população de Peabiru relatou dificuldades com o atendimento médico oferecido na cidade, pois não encontram respaldo quando precisam de um atendimento mais detalhado, mais minucioso. É evidente que o processo de mobilidade de uma cidade periférica como Peabiru para uma dinâmica como Campo Mourão é comum, dado que centros urbanos maiores dispõem de equipamentos mais sofisticados e acabem se tornando referência. No entanto, é necessário que os atendimentos e os exames básicos sejam feitos em Peabiru com qualidade e que a mobilidade seja feita apenas para questões de maior complexidade.

Diante dos problemas discutidos foram realizadas quarenta entrevistas semi-estruturadas divididas entre homens e mulheres com idades entre 19 a 70 anos e

aplicadas na região central da cidade. Os resultados obtidos foram transformados em gráficos.

Conforme os dados disponíveis no gráfico 1, a resposta de 50% dos entrevistados foi que o atendimento médico em Peabiru é considerado regular, ou seja, atende parcialmente as necessidades dos usuários. Os problemas começam a ficar mais evidentes quando 35% avaliam o atendimento como ruim e apenas 15% como bom. Entre os principais problemas relatados estão a demora no atendimento, a falta de médicos especialistas e a necessidade de se deslocar constantemente para fazer exames e consultas.



Organizado por- Ferreira, Paulo Eduardo da S.G.

A demora no atendimento médico verificada em Peabiru não é diferente de outras cidades brasileiras. Conforme reportagem da revista Veja (2010):

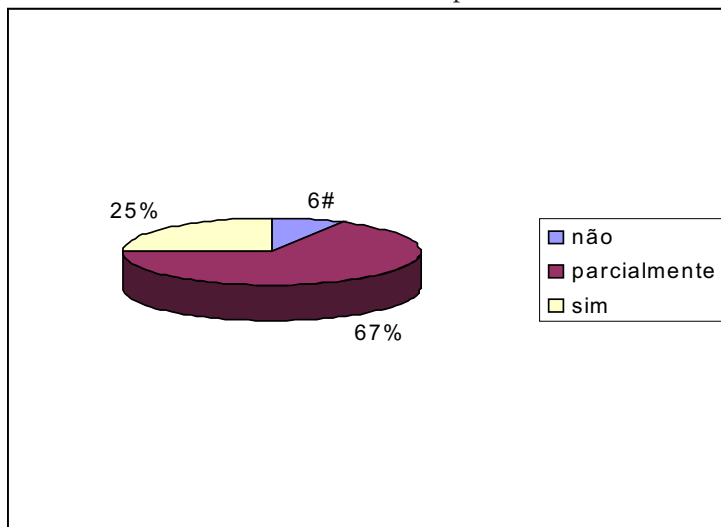
De acordo com levantamento realizado junto a secretarias de saúde de sete capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte e Curitiba), ao menos 171.600 pessoas estão na fila para fazer uma cirurgia eletiva - procedimento agendado, que não possui característica de urgência. A demora para a realização de um procedimento ortopédico, por exemplo, pode levar até cinco anos. (VEJA, 28/08/2010).

Quando questionados se o atendimento médico corresponde as suas necessidades básicas de saúde (gráfico 2), 67% da população consideram que suas necessidades são parcialmente atendidas no município, 8% consideram que não e 25% responderam que sim.

Os dados apresentados confirmam que a saúde pública em Peabiru não é capaz de atender a todas as necessidades básicas da população, pois somados os valores dos

entrevistados que responderam que a saúde não atende as suas necessidades ou atende parcialmente os dados chegaram a 75% do total.

Gráfico 02 - O atendimento médico correspondente as necessidade básicas

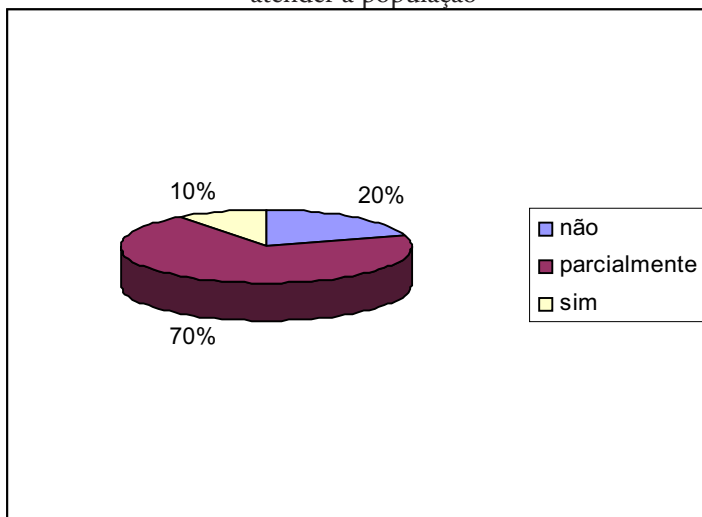


Organizado por - Ferreira, Paulo Eduardo da S.G.

O terceiro questionamento foi se os profissionais de saúde estão preparados para atender a população. 70% responderam parcialmente, 20% não e 10% sim (gráfico 3). Assim, é necessário que o município realize investimentos em treinamento do pessoal que trabalha na saúde em relação ao tratamento dado aos usuários. As maiores reclamações são: falta de esclarecimento sobre os procedimentos e pouco caso com as pessoas. São questões simples que poderiam ser resolvidas com custos relativamente baixos e melhorariam a relação entre os profissionais da saúde e a população.

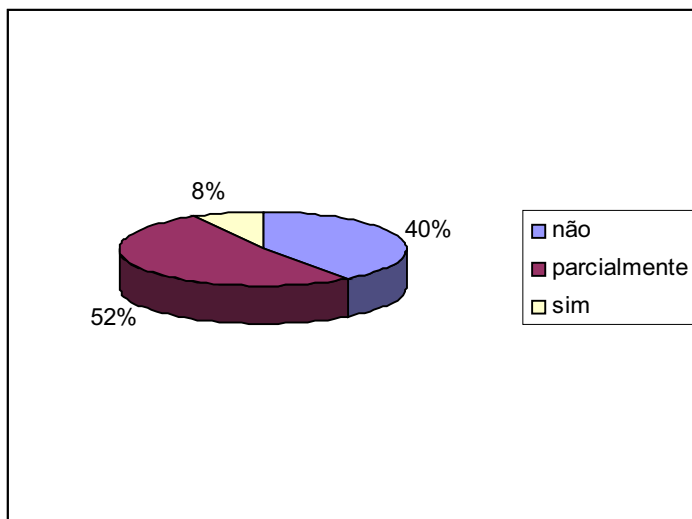
No quarto gráfico 52% da população entrevistada acredita que o hospital 24 horas atende parcialmente as suas necessidades, já 40% afirmaram que não, e somente 8% assinalaram sim. Torna-se evidente a insatisfação com relação aos serviços médicos prestados no município. Além do mais, o hospital 24h na verdade atua como posto de saúde 24h, pois não existem leitos hospitalares para internamento, médicos especialistas e exames como raio-X.

Gráfico 03 - Os profissionais de saúde estão preparados para atender a população



Organizado por - Ferreira, Paulo Eduardo da S. G.

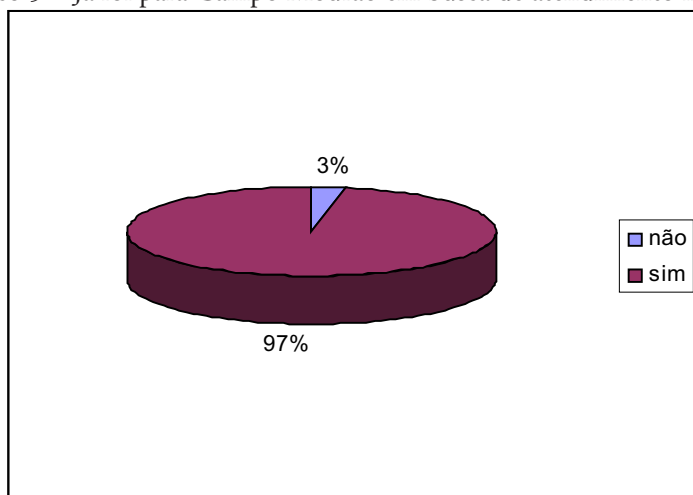
Gráfico 04 – O hospital 24h em Peabiru atente as necessidades da população?



Organizado por - Ferreira, Paulo Eduardo da S.G.

A quinta pergunta (gráfico 5) foi se a pessoa já buscou atendimento na cidade de Campo Mourão. No total 97% da população entrevistada respondeu que sim. As respostas obtidas comprovam a intensa mobilidade da população de Peabirú em busca de atendimento médico. Os deslocamentos foram classificados como micromobilidade física, pois o ônibus sai cedo para a realização das consultas e exames e retornam no período da tarde com os pacientes.

Gráfico 5 – Já foi para Campo Mourão em busca de atendimento médico?

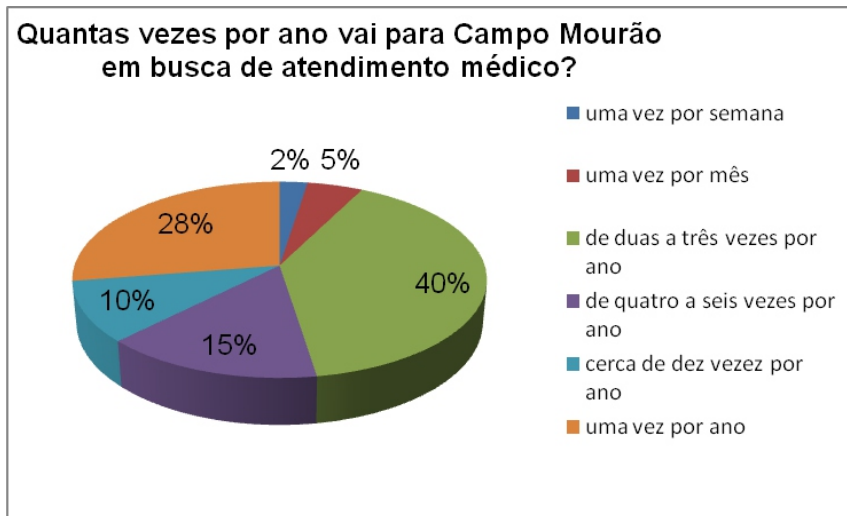


Organizado por - Ferreira, Paulo Eduardo da S. G.

O gráfico 6 mostrou a quantidade de vezes ao ano em que os entrevistados buscam atendimento médico na cidade de Campo Mourão, 40% respondeu de duas a três vezes, 28% cerca de uma vez, 15% entre quatro a seis vezes e 10% cerca de dez vezes. Apenas 5% realizam a mobilidade todo mês e 2% uma vez por semana. As informações são importantes para o estabelecimento de políticas públicas direcionadas para melhorar as condições de saúde em Peabiru.

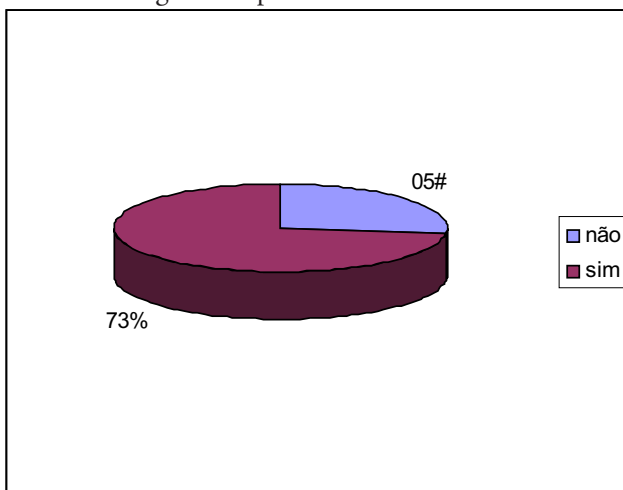
No gráfico 7 o entrevistado foi questionado se já sofreu algum tipo de constrangimento em Campo Mourão por ser de outra cidade. O resultado foi alarmante, visto que 73% responderam ter sofrido algum tipo de constrangimento, ou seja, fica evidente a situação que os pacientes se sujeitam quando buscam algum tipo de atendimento médico fora de sua cidade.

Gráfico 6 – Variabilidade da mobilidade



Organizado por - Ferreira, Paulo Eduardo da S. G.

Gráfico 7 – Já passou por alguma situação de constrangimento por ser de uma outra cidade?

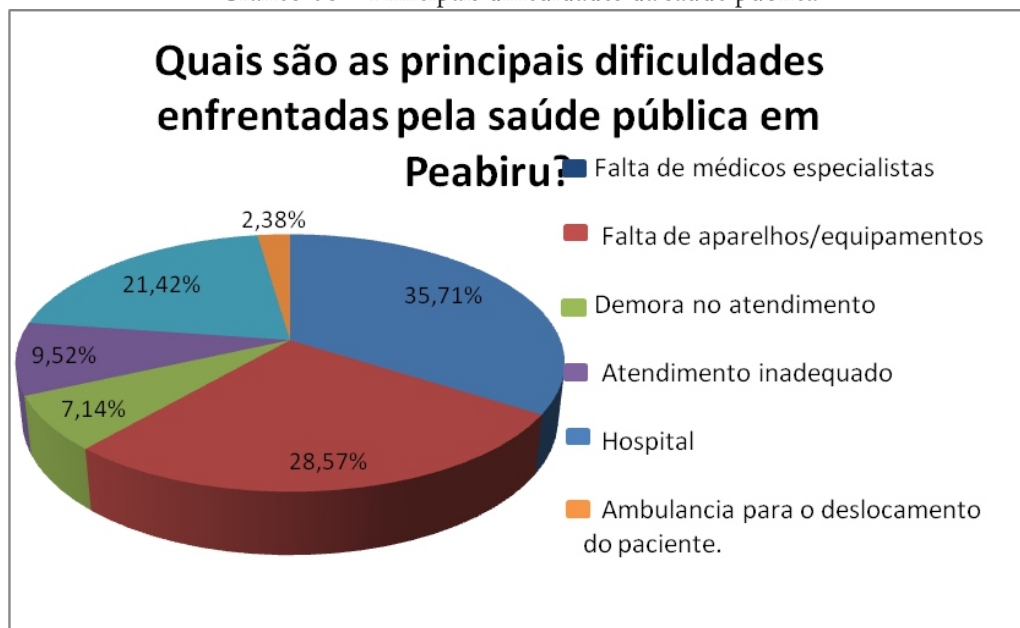


Organizado por - Ferreira, Paulo Eduardo da S. G.

O gráfico 8 demonstra o descontentamento dos entrevistados com a estrutura básica do atendimento médico oferecido pelo município, principalmente com relação a estrutura física e o baixo número de médicos tendo em vista que 35,7% dos entrevistados apontaram que a falta de médicos especialistas no município de Peabiru é umas das falhas

mais graves dentro da realidade atual. A falta de aparelhos/equipamentos como raio-X, ultrassonografia, entre outros, apareceu na seqüência com 28,7% das respostas, seguido da inexistência de um hospital com leitos para internação.

Gráfico 08 – Principais dificuldades da saúde pública



Organizador - Ferreira, Paulo Eduardo da S. G.

Questões como demora no atendimento, atendimento inadequado, falta de um hospital com leitos para internação e poucas ambulâncias para atendimento em casos de emergência também foram citados como problemas que afligem a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos com as entrevistas é viável argumentar que os problemas da saúde enfrentados no município de Peabiru são sérios e complexos, comprometendo o bem estar da população, visto que os pacientes são obrigados a se deslocar para Campo Mourão em busca de atendimento médico básico e intermediário.

Também ficou evidente que o processo de mobilidade está diretamente ligado à limitação do atendimento oferecido no município, tendo em vista que 97% dos entrevistados afirmaram já ter se deslocado para Campo Mourão em busca de

atendimento médico e concordam que há falhas na estrutura física do hospital como falta de médicos especialistas, aparelhos, equipamentos e ambulância.

O hospital que hoje atende a população na verdade é um posto de saúde 24h com a fachada de um hospital. Existe apenas um profissional médico de plantão no período noturno que oferece o atendimento básico para o paciente. Em virtude da falta de estrutura não é possível a realização de procedimentos de maior complexidade.

Por fim, ficou claro que o processo de mobilidade é rotineiro dentro da dinâmica da saúde pública. É ainda mais intenso em cidades periféricas, como é o caso de Peabiru, onde os habitantes se deslocam para cidades dinâmicas como Campo Mourão em busca de médicos especialistas e exames. A maior problemática dentro do processo de mobilidade está na dificuldade de se encontrar o atendimento básico e especializado na saúde, como médicos pediatras, exames básicos para diagnóstico, exames de raios-X, ultra-som e eletro cardiograma no próprio município. Tal fato reforça a necessidade de mais investimentos (federal, estadual e municipal) para melhorar a saúde pública.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, Fábio Rodrigues da. **A noção de municípios periféricos: contradições e desigualdades no Estado do Paraná**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidades Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 de fev. 2012, 15:59:43.

MORO, Dalton Áureo. Desenvolvimento econômico e dinâmica da população no Paraná contemporâneo. **Boletim de Geografia**. v.1, n. 16, p. 1-55, 1998.

PAIM, Jairnilson Silva; TEIXEIRA, Carmen Fontes. Política, planejamento e gestão em saúde: balanço do estado da arte. **Rev. Saúde Pública**, n. esp. 40, p. 73-8, 2006.

ROCHA, Márcio Mendes. **A espacialidade das mobilidades humanas** – um olhar para o norte central paranaense. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) –

Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ROCHA, Márcio Mendes. A (In) Determinação da Noção de Mobilidades nas Ciências Humanas. **Boletim de Geografia**. v.1, ano 16, n. 1, 1998.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, Hélio A. (Coord.). **Migração Interna**: textos selecionados. Fortaleza: Ed. da Universidade, 1980.

VEJA, Revista. **Como curar o sistema de saúde?** Reportagem (23/08/2010).